Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DO PROFESSOR

Ederlâini Silva dos Santos[1]

Rafaelle Higino de Lemos[2]

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a utilização dos instrumentos avaliativos pelos professores para compreender sua interferência no processo de desenvolvimento educacional dos educandos. O intuito da avaliação, ao longo dos anos, era inferir o aproveitamento do aluno, pautando-se em uma pedagogia tradicional, desvinculada da realidade. Em relação aos professores, o objetivo estava centrado no controle de todo o processo curricular e em obter os resultados esperados. No entanto, as práticas avaliativas devem estar voltadas ao processo de desenvolvimento do aluno, considerando suas habilidades e considerando as dificuldades como parte do processo de ensino-aprendizagem. Nesta perspectiva, buscou-se refletir a prática avaliativa docente como um processo constante de questionamento e as concepções atribuídas à avaliação. Realizou-se uma investigação de natureza qualitativa, caracterizada como pesquisa bibliográfica, que nos possibilita trazer percepções da realidade estudada. Por esse caminho, foram selecionadas contribuições de autores como Jussara Hoffman, Carlos Cipriano Luckesi, Ana Lúcia Gomes Cavalcanti Neto, Josefa de Lima Fernandes Aquino e documentos norteadores, tais como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Parecer do CFE nº 102 de 09 de junho de 1962, entre outros. A partir disso, conseguimos perceber a necessidade de compreender e discutir sobre a avaliação de aprendizagem no contexto escolar, considerando que tende a subsidiar a construção desse processo e o seu impacto no desenvolvimento dos alunos por meios dos instrumentos utilizados. Conclui-se, portanto, que o seu conceito

[1] Graduanda em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho de Penedo-AL. Atua como funcionária da Rede Privada na empresa colégio Sagrada Família. E-mail: ederlainii@gmail.com.br

[2] Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas. Docente na Faculdade Raimundo Marinho de Penedo- AL. E-mail: rafaellehigpsicologa@gmail.com

apresenta interpretações que divergem da sua real função na prática escolar, atribuindo a ela um valor hierárquico e punitivo, voltado para uma classificação, isentando-se de um debate acerca do processo de avaliação no ensino-aprendizagem para que, assim, possa contribuir de fato para melhoria deste.

PALAVRAS CHAVES: Avaliação. Educação brasileira. Práticas avaliativas. Ensino-aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a avaliação no processo de ensinoaprendizagem, compreendendo-a a partir da prática docente. Nesse sentido, tem como intuito discutir sobre os instrumentos avaliativos voltados ao desenvolvimento dos alunos e as suas habilidades, reformulando novos caminhos e reorganizando práticas em que seja possibilitado ao aluno a própria construção do conhecimento (LUCKESI, 2011).

A avaliação tem sido utilizada, ao longo dos anos, de forma autoritária, uma vez que há um distanciamento entre aluno e professor, no qual este assume a posição de detentor de saber e limita a sua função a avaliar os alunos a partir da nota, desconsiderando todo o processo de ensino-aprendizagem. Assim, mantém uma relação de poder, dispensando a troca de saberes (LUCKESI, 2011). No entanto, compreende-se que a avaliação necessita ser considerada como um processo contínuo e processual, de forma que o aluno seja avaliado durante todo o ano letivo para que as suas potencialidades sejam consideradas e, com isso, seja possível identificar os avanços e dificuldades no cotidiano do contexto escolar. Esta prática também possibilita a análise do trabalho docente, refletindo sobre suas ações e o desenvolvimento das suas práticas. Nesse sentido, este processo orienta tanto o docente quanto o discente a um objetivo de crescimento e aprendizagem mútuos.

O interesse em desenvolver este estudo acerca da avaliação na prática docente surgiu durante o período de estágio, no qual tive contato com a prática do professor que era pautada em intimidação, autoritarismo, punição, ameaças, entre outros. A partir dessa experiência, pude perceber a utilização de instrumentos inadequados para a aprendizagem dos alunos, medindo-a, exclusivamente, por meio de provas e seminários, classificando-os. Diante desse cenário, buscase, com este trabalho, analisar a utilização dos instrumentos avaliativos pelos professores para compreender sua interferência no processo de ensino-aprendizagem dos educandos. Acredita-se que essa via nos permite romper com conceitos e práticas que fazem da avaliação um processo classificatório e excludente, nos aproximando de novas compreensões que estejam fundadas no agir das práticas avaliativas do contexto escolar.

Para isso, realizou-se uma investigação de natureza qualitativa, caracterizada como pesquisa bibliográfica, que nos possibilita alcançar percepções da realidade estudada. Dessa forma, foram selecionadas contribuições de autores como Jussara Hoffman, Carlos Cipriano Luckesi, Ana Lúcia Gomes Cavalcanti Neto, Josefa

de Lima Fernandes Aquino e documentos norteadores como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Parecer do CFE nº 102 de 09 de junho de 1962, entre outros.

Através dessas consultas e da leitura das obras desses autores que se dispuseram a pesquisar acerca das contribuições dos conceitos avaliativos, é possível observar que muitos profissionais do contexto escolar ainda não compreendem o real sentido da avaliação, atribuindo, dessa maneira, um valor classificatório e punitivo às suas práticas. Assim, percebe-se que as distintas perspectivas e definições podem interferir na prática docente em sala de aula e que as escolhas desse profissional é que tornam esse processo significativo para o ensino-aprendizagem.

2. AVALIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Conforme a trajetória da educação brasileira e com a compreensão que a avaliação foi ganhando neste contexto, esta pode ser considerada como um termo recente. Isso porque era conceituada como uma verificação do aproveitamento e/ou rendimento escolar, na qual o aluno não era considerado como um indivíduo ativo e participativo neste processo de aprendizagem.

Dessa maneira, percebe-se que o intuito da avaliação era de inferir o aproveitamento do aluno, pautando-se em uma pedagogia tradicional, desvinculada da realidade. Em relação aos professores, o objetivo estava no controle de todo o processo curricular e em obter os resultados esperados, pois se o aluno tirava notas boas, não havia com o que se preocupar. Considerando esses aspectos, podemos considerar que:

> os professores elaboram suas provas para “provar” os alunos e não para auxiliá-los na sua aprendizagem; por vezes, ou até em muitos casos, elaboram provas para “reprovar” seus alunos. Esse fato possibilita distorções, as mais variadas, tais como: ameaças, elaboração de itens de prova descolados dos conteúdos ensinados em sala de aula; construção de questões sobre assuntos trabalhados com os alunos, porém com nível de complexidade maior do que aquele que foi trabalhado; uso de linguagem incompreensível para os alunos etc. (LUCKESI, 2011, p. 21).

Com a criação das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), na Lei nº 4. 024 em 1961 (BRASIL, 1961), ficou direcionado ao professor a responsabilidade em formular questões e julgálas. Mas a partir do parecer nº 102 emitido pelo Conselho Federal de

Educação (CFE), há uma interpretação acerca do artigo 39 da LDB que sugere que, na avaliação do aproveitamento do aluno, devem prevalecer os resultados, durante todo o ano letivo, nas atividades escolares (TEIXEIRA, 1962).

Segundo o dicionário de língua portuguesa Aurélio (on-line), em um de seus significados, o termo avaliar, também "de origem do latim, a-valere, significa prova, exame ou verificação que determina ou verifica a competência, os conhecimentos ou saberes de alguém: avaliação escolar" (FERREIRA, 1999, n.p.). A partir dessa definição, considera-se que compreender a avaliação é aprender os conceitos teóricos que a envolvem e, a partir disso, aplicar em sala de aula, pois dizem respeito a um processo contínuo e inacabado. Diante disso, é necessário assumir uma postura de reflexão constante em relação à prática do professor no processo de avaliação e se colocar em um lugar de constantes questionamentos. Isso porque questionar-se e refletir são aspectos que devem compor e fazer parte da postura do profissional da educação, de maneira que ele possa indagar sobre a realidade dele e do aluno no caminho de construção do conhecimento (BRASIL, 1988).

Isso acontece porque o ato de avaliar vai além do simples ato de aprender. Associa-se também ao ato de ensinar, pois o professor deve considerar, nesse processo, as suas próprias práticas e competências enquanto ensina e aprende, para que o aluno possa compreender que a sua aprendizagem, para ser construída, precisa fazer parte de um processo contínuo de conhecimento e que não se limite a como o ensino é transmitido em sala de aula (LUCKESI, 2013). Por esse ângulo, Luckesi (2013) afirma que a avaliação de aprendizagem deve estar relacionada à relação estabelecida entre professor-aluno e pautada por confiança, diálogo e respeito para que, mesmo que surjam dificuldades na construção da aprendizagem, essa relação não seja comprometida.

A partir disso, a avaliação permite analisar a prática do professor, pois dessa forma ele tem a possibilidade de observar como vem construindo as suas práticas avaliativas e como são a compreensão e o desenvolvimento dos alunos neste processo. Para isso, é necessário que esse profissional tenha criatividade, persistência, adaptações e flexibilidade alinhadas à sua prática avaliativa durante o percurso. O ensino vai muito além de transferir conteúdos, pois ensino e aprendizagem são indissociáveis, e convida professor-aluno a se colocarem no lugar do outro (NETO; AQUINO, 2009).

Dessa maneira, esse processo avaliativo vem para orientar não apenas o professor, mas também o aluno, quanto ao seu trabalho para o crescimento e conhecimento, direcionando-se a

aprendizagem destes. Nesse caminho, o aluno é responsável por se conscientizar do seu estágio de desempenho, refletindo sobre seu processo avaliativo (NETO; AQUINO, 2009). Para haver uma relação efetiva no processo de ensino-aprendizagem, é necessário existir uma relação de diálogo e feedback que integre a relação professor-aluno e proporcione um desenvolvimento mais propício a acontecer para que exista a troca de conhecimento entre as partes envolvidas (NETO; AQUINO, 2009).

A avaliação, nessa perspectiva, precisa cumprir o seu verdadeiro objetivo, que é o de ser transformada em ação, dispensando um caráter classificatório e, dessa forma, permitir aos alunos a expressão das suas ideias e criatividade. Isso porque essa visão de que avaliar se resume a notas, exames e resultados positivos e negativos interfere na qualidade de ensino-aprendizagem, impedindo que haja, dessa forma, uma intervenção que provoque mudanças e melhorias no processo (HOFFMANN, 2012). Vale frisar que o ato de avaliar é um processo em que se investigam possíveis diagnósticos para que se possa solucionar as dificuldades que venham a surgir. Ademais, esse processo requer compreender os motivos pelos quais os alunos não aprenderam, considerando as possíveis variáveis que podem ter interferido, não culpabilizando única e exclusivamente o aluno pelo "fracasso" (HOFFMANN, 2012).

Assim sendo, a escola necessita expandir sua compreensão acerca da avaliação, não a compreendendo apenas como exame. Para isso, é necessária uma mudança nos conceitos, percepções e maneiras de agir que já não contribuem mais com as práticas profissionais. Por isso, Hoffmann (2012) afirma a importância de romper com conceitos e práticas que, ao longo dos anos, resumem a avaliação a processos sistematizados. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) abordam que a avaliação de aprendizagem faz parte do ensino-aprendizagem e que não se limita à compreensão individualizante que culpabiliza o aluno pelo fracasso escolar. Assim, deve oferecer meios para uma intervenção e reflexão pedagógica sobre a prática do professor e as possibilidades do aluno (BRASIL, 1997).

2.1 Concepções sobre Avaliação

Para uma boa prática avaliativa da aprendizagem, é imprescindível que se conheçam as categorias de avaliação disponíveis, bem como alguns dos seus conceitos. A prática da avaliação se refere a uma prática que está presente em nosso cotidiano, pois somos levados a realizar escolhas e tomar decisões que implicam em alguma forma de avaliação. De forma geral, o ato de avaliar pode ser compreendido

como o ato de julgar e/ou atribuir valor. No contexto escolar, há uma preocupação, por parte do professor, em promover uma avaliação que seja satisfatória e demonstre o nível de aprendizagem do aluno.

De acordo com Hoffmann (2008, p. 17), podemos compreender avaliação como

> [...] uma ação ampla que abrange o cotidiano do fazer pedagógico e cuja energia faz pulsar o planejamento, a proposta pedagógica e a relação entre todos os elementos da ação educativa. Basta pensar que avaliar é agir com base na compreensão do outro, para se entender que ela nutre de forma vigorosa todo o trabalho educativo.

Em vista disso, avaliar não está sujeito apenas ao momento em que o aluno está sendo observado, mas abrange todo um processo que vai desde a elaboração do plano de aula até as experiências vividas no dia a dia no contexto escolar. Esta relação com o todo é que efetua a avaliação em um processo vivo e o que impulsiona o fazer pedagógico, levando o aluno a um nível elevado de conhecimentos.

Buscar melhorias quanto à avaliação no contexto escolar requer uma reflexão crítica sobre seu significado e suas funções. Há, portanto, a perspectiva de uma avaliação mediadora e

formativa – esta última traz na sua essência o envolvimento do professor com aluno e a sua responsabilidade com o progresso em termos de aprendizagem. Assim, considera-se necessário romper com o paradigma de que o fracasso escolar é responsabilidade exclusiva do aluno.

Uma das fundamentações que norteiam a teoria da avaliação mediadora é a de promover, por meio de uma reflexão crítica, estratégias pedagógicas que sejam desafiadoras e, assim, possibilitem melhores oportunidades para o desenvolvimento dos alunos – por isso, a importância da relação professor-aluno para estimular os processos de aprendizagem (HOFFMANN, 2017). Assim, o professor faz parte integral desse processo, uma vez que acompanha, ouve e conversa com familiares para que se possa compreender a realidade observada e repensar as práticas desenvolvidas, não sendo um mero avaliador a observar o sujeito avaliado.

Dessa maneira, o professor deve compreender que sua concepção e conceitos influenciarão na maneira como irá avaliar o aluno, e por esse motivo deve buscar estabelecer uma relação que leve em conta as indagações acerca desta aproximação, refletindo sobre como será estabelecido e realizado o processo de construção de conhecimento. Em consequência disso, a avaliação não deve ser compreendida como classificatória e excludente, mas como uma promoção do aluno a um nível superior de aprendizagem.

Sob essa perspectiva, o livro de Luckesi intitulado "Avaliação da aprendizagem escolar" de 1995, contribui ao afirmar que "[...] podemos entender a avaliação da aprendizagem escolar como um ato amoroso, na medida em que a avaliação tem por objetivo diagnosticar e incluir o educando, pelos mais variados meios, no curso da aprendizagem satisfatória que integre todas as suas experiências de vida" (LUCKESI, 1995, p. 198).

O ato amoroso, nesse contexto, significa a ação inclusiva e acolhedora que o professor deve ter para com o educando para, a partir daí, buscar soluções para auxiliá-lo. No contexto histórico-social, ainda há grande dificuldade em compreender, praticar e se apropriar desses conceitos, e esta apropriação pode levar, por vezes, o professor a ter uma postura autoritária, pois a tomada de decisões, componente da avaliação, coloca sob sua responsabilidade o poder da decisão. Por sua vez, esse se utiliza do poder para coagir o aluno (LUCKESI, 1995).

Deste modo, à medida que o professor utiliza mecanismos avaliativos para manter a ordem e não para de fato avaliar a aprendizagem do aluno, ele automaticamente impede o seu desenvolvimento, obrigando-o a se tornar um indivíduo passivo, não crítico, com dificuldade de se expressar, devido às punições sofridas. Nesse contexto, a BNCC (BRASIL, 2018, p. 14) afirma que "a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva".

Dessa forma, "a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades" (BRASIL, 2018, p. 14). Para haver desenvolvimento global do educando, o professor deve se colocar em uma formação contínua para que possa repensar frequentemente sua prática e o desenvolvimento desta em sala de aula.

2.2 Atual Prática Avaliativa Educacional

Atualmente as escolas têm prática avaliativa classificatória como medida para estipular se o aluno está ou não adequado ao nível de conhecimento predefinido e, dessa maneira, acabam sendo mensurados apenas por meio de exames e provas. Assim, são divididos entre os que sabem, os que pouco sabem e os que nada sabem sobre o objeto de estudo. A partir disso, o professor deve atentar-se à compreensão acerca dos conceitos de avaliação e exame, pois

enquanto o exame é pontual, classificatório e seletivo, a avaliação é dinâmica e inclusiva (LUCKESI, 1995).

Assim, mesmo tendo significados distintos, por vezes, por ser o agente responsável por examinar e avaliar as aprendizagens, o professor se utiliza apenas desses mecanismos punitivos para manter a atenção dos alunos a fim de conseguir a ordem e a disciplina em sala de aula, como, por exemplo, "no dia da prova não me perguntem nada" ou "estudem ou vão tirar zero na prova" (LUCKESI, 1995).

Dessa forma, professores se valem de ameaças e imposições para manter a disciplina no ambiente educacional, punindo aqueles que não cedem a essas manifestações disciplinares, ameaçando-os sobre a retirada de notas de exames já elaborados e respondidos e/ou aumento de nível de dificuldade de futuros testes a serem desenvolvidos.

Embora essa seja uma prática herdada através dos anos, é imprescindível que o professor reavalie suas ações e busque formas alternativas para manter a ordem em sala de aula, juntamente com ações motivadoras que tragam esse aluno para o ambiente escolar. Isto é, não para ser promovido e não para ter as suas habilidades medidas entre saber e não saber, mas para buscar o seu desenvolvimento intelectual integral, contribuindo, assim, para a sociedade como um ser crítico e transformador do meio.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Considerando os objetivos propostos, realizou-se uma investigação de natureza qualitativa, caracterizada como pesquisa bibliográfica, possibilitando percepções da realidade estudada (BARROS; LEHFELD, 2014). "A pesquisa qualitativa se preocupa com um grau de realidade que não é quantificado, visto que trabalha com o universo dos dignificados, motivos, aspirações, crenças, valores", entre outros (MINAYO, 2009, p. 21). Com isso, pode-se compreender a complexidade dos fenômenos e processos específicos.

Na área da educação, a abordagem qualitativa possibilita a compreensão de múltiplas

perspectivas da realidade, pois o ser humano "se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que realiza e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes" (MINAYO, 2009, p. 21).

Assim, este tipo de pesquisa ressalta a natureza socialmente construída da realidade, no qual o pesquisador busca compreender as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado. Dessa maneira, a pesquisa qualitativa responde questões particulares, focando em um nível de

realidade que não pode ser reduzido a números, com isso, trabalha com um universo de múltiplos significados, aspirações, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2000).

Esta abordagem possibilita ao pesquisador colocar interrogações ao longo do trabalho que vão sendo discutidas e compreendidas ao longo do percurso da própria investigação, permitindo construir e reconstruir a teoria no próprio processo da pesquisa e a formular hipóteses que possibilita entender as correlações entre os objetos de reflexão e análise (MINAYO, 2000).

"O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível" (CHIZZOTI, 2003, p. 02). Não significa objetificar os envolvidos com o estudo, mas de compreender sua relevância, cultura, valores, que são específicos do seu lugar.

Para a análise e discussão dos resultados, foram selecionadas contribuições de autores, tais como, Hoffmann (1998) e Luckesi (2011), para que, dessa maneira, pudéssemos compreender de forma crítica como a avaliação no contexto escolar tem sido colocada na prática docente. A partir do campo teórico, com a leitura de artigos e livros destes autores, foram criadas duas categorias para o momento de análise e discussão dos textos, sendo elas: avaliação de aprendizagem na prática docente e utilização de instrumentos avaliativos adequados para análise do desenvolvimento educacional.

Ainda que inicialmente, este trabalho contribui com a análise da avaliação, com a maneira como é compreendida na atualidade e como sua utilização interfere na prática de aprendizagem do aluno. É importante frisar que, além da leitura teórica, esta pesquisa reflete as inquietações vivenciadas durante o período de estágio, em que se observou que o professor, por diversas vezes, avaliava os alunos de maneira coercitiva. Dessa maneira, utilizava instrumentos inadequados e media a aprendizagem apenas através de provas, seminários, trabalhos e atividades, impondo seu autoritarismo para a contenção destas ações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, faz-se necessário realizar mudanças nas práticas avaliativas para que estas possam contribuir para o desenvolvimento do aluno de forma satisfatória, uma vez que o ambiente educacional exige transformação e novas práticas educativas. Assim, é possível compreender que a prática docente deve

estar pautada na curiosidade, na formação continuada e em uma interação dialógica entre o ensinar e o aprender.

A avaliação é considerada um conceito indefinido e, por isso, deve haver o comprometimento do docente em entender os seus conceitos e aplicá-la de diferentes formas para que possa avaliar o desenvolvimento intelectual, crítico e reflexivo do aluno. Ou seja, para que não se limite ao seu uso de forma classificatória e punitiva –que não auxilia na aprendizagem do educando (HOFFMANN, 2005).

Nesse sentido, a avaliação deve ser percebida não apenas como resultado de um processo, mas como um ato contínuo e formativo, sendo utilizada a avaliação diagnóstica, formativa e somativa. Ademais, são adicionados a isso os processos criativos desenvolvidos especificamente para facilitar a relação professor-aluno, oportunizando ao aluno novos meios para aprender e a compartilhar da aprendizagem adquirida dentro e fora da escola. Talvez, dessa forma, se distancie de um conceito de avaliação amedrontadora, utilizada como punição durante as aulas.

No entanto, mesmo com todo o empenho e pretensão de seguir esses conceitos avaliativos inovadores como mecanismos de formação do indivíduo, respeitando suas diferenças e individualidade, nos deparamos com docentes que ainda utilizam da avaliação como exame classificatório, ignorando todo o percurso de aprendizagem do aluno durante o ano letivo. Por isso ainda se discute muito sobre avaliação, pois esse tema ainda está em trâmite no âmbito escolar, cabendo dialogar e rever os resultados de cada prática em sala de aula para introduzir o melhor método avaliativo nas escolas. Para isso, é preciso considerar a realidade de cada aluno e o seu tempo de assimilação e aprendizagem dos conteúdos administrados desde sua base na educação infantil até o ensino médio e ensino superior.

Mesmo diante de tantas discussões sobre a avaliação ao longo dos anos, ainda existe, na realidade das escolas, uma prática em que o sucesso e o fracasso escolar dos alunos dependem, exclusivamente, do resultado de exame. No entanto, a avaliação deveria se voltar para o desenvolvimento da aprendizagem ao longo de todo o período escolar.

Assim, todo o contexto escolar e os profissionais que o compõem têm como responsabilidade, por meio das práticas avaliativas, mudar o ambiente educacional e compreender a avaliação como um processo contínuo na intenção de uma aprendizagem significativa. O ato de avaliar se torna uma prática indispensável já que subsidia a construção de conhecimento nesse processo. Por isso, destaca-se a importância em assumir uma nova postura e

práticas que assumam o processo avaliativo de forma integral.

CONCLUSÃO

Dessa forma, conclui-se que o conceito de avaliação no processo de ensino-aprendizagem assume interpretações que divergem, em sua maioria, da função real que deveria ser desenvolvido no contexto escolar. A partir deste estudo, foi possível perceber que não há, na prática educacional, o desenvolvimento de ações que contemplem seu real significado. Assim, professores desenvolvem suas práticas sob um valor punitivo, ameaçador e excludente.

Pontuar sobre a avaliação significa estar aberto a debater, expandir sua compreensão sobre pesquisar, aprender e estar envolvido na melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Por isso, é necessário o desenvolvimento de uma avaliação de qualidade que leve em conta o aluno como ser integral e que, como tal, tem interesses, atitudes e necessidades.

Compreende-se, também, que o professor é a peça fundamental nesse processo, independente das formas de avaliar e daquilo que impõe o sistema escolar. É indispensável que este profissional forneça possibilidades para os educandos se expressarem, trocarem ideias sobre seu cotidiano, tendo em vista a harmonia, união e afetividade entre professor e aluno.

Embora existam documentos norteadores que orientam uma prática avaliativa satisfatória e significativa, reconhecemos que ainda há um longo caminho para se percorrer independentemente das diversas formas de avaliar e daquilo que propõe o sistema escolar. A compreensão, planejamento e concepção deste profissional é que tornam a avaliação um processo significativo no ensino-aprendizagem e na construção de conhecimento por parte do aluno.

Neste sentido, cabe aprofundar nas pesquisas a maneira como os professores organizam suas práticas avaliativas. No entanto, destacamos que há uma herança cultural da avaliação classificatória que ainda permeia o ambiente educacional e está aliada à falta de formação e conhecimento dos profissionais sobre suas práticas. Por isso, aponta-se a necessidade de lutar por uma avaliação que seja somada à busca por ofertar uma educação de qualidade.

Em suma, eliminar o autoritarismo através de mudança de hábitos e da prática do professor, apesar das heranças que perpetuam até a atualidade, exige de nós a reflexão sobre como a avaliação é vista. Nesse sentido, é importante considerar erros e indisciplina de alunos não como ponto fundamental no ato de avaliar, mas como

ponto de partida para novas propostas que possam levar esse educando ao seu pleno desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: Diário Oficial da União, 1961. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. [CD-ROM] versão 3.0. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática; 1999.

HOFFMANN, J. M. L. **Contos e Contrapontos**: do Pensar ao Agir em Avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1998.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação –Mito e desafio**: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2005.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliar para promover: As setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

HOFFMANN, J. M. L. **Jussara Hoffmann e Avaliação Mediadora**. Jussara Hoffmann. YouTube, 05 mai. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RWgqJVBpUQg&t=889s. Acesso em: 27 mar. 2021.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação e educação infantil: Um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** Porto Alegre; Mediação, 2012.

LUCKESI C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar. [livro eletrônico].** 1 Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1995.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NETO, A. L. G. C.; AQUINO, J. L. F. A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso: o que o professor pratica? **Educação em Revista [online],** v. 25, n. 2 p. 223-240, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-

46982009000200010. Acesso em: 09 fev. 2022.

TEIXEIRA, A. Conselho Federal de Educação. **Apuração do rendimento escolar. Parecer n.102.** Comissão de Ensino Primário e Médio, aprov. em 09 jun. 1962. Documenta. Rio de Janeiro, n. 5, jul. 1962. p. 84-85. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/apuracao.html. Acesso em: 10 fev. 2022.